

Título do capítulo	CAPÍTULO 5 – DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: PARÁ
Equipe técnica	Milena Karla Soares Maria Paula Gomes dos Santos Ryanny Bezerra Guimarães Victória Hoff da Cunha
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-072-1/capitulo5

Título do livro	DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE NA REGIÃO NORTE DO BRASIL
Organizadora	Maria Paula Gomes dos Santos
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2024
Edição	-
ISBN	978-65-5635-072-1
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-072-1

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2024

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: PARÁ¹

Equipe técnica

Milena Karla Soares²
Maria Paula Gomes dos Santos³
Ryanny Bezerra Guimarães⁴
Viktória Hoff da Cunha⁵

Sistematização de dados estatísticos e produção de mapas

Milena Machado dos Reis⁶
Karolina Armstrong⁷
Paloma Palmieri⁸

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados da investigação sobre os conflitos sociais que possam explicar as taxas de homicídios no Pará. Partindo-se das taxas de homicídio dos municípios do estado, buscamos mapear os principais conflitos que ocorrem nesses territórios, por meio de bibliografia, notícias e entrevistas com agentes do sistema de justiça e segurança pública, bem como com pesquisadores do estado que se dedicam aos temas da violência e da segurança pública.

Entre os estados da região Norte, o Pará é aquele que melhor sintetiza a Amazônia. Nas palavras de Salles (2022, p. 25-26),

o Pará contém todas as glórias e misérias do bioma (...). Ali existem zonas desmatadas e zonas protegidas, pastos e selva, bois e onças, soja e castanha, fogo e chuva, extensões onde a vida deixou de existir e paisagens onde ela é exuberante, mineração industrial e garimpo, cidades consolidadas e cidades de fronteira, grandes obras de infraestrutura e estradas clandestinas, terras indígenas, terras quilombolas, terras invadidas e terras abandonadas.

1. Originalmente publicado como: Soares, M. K. et al. *Dinâmicas da violência no território brasileiro: Pará*. Brasília: Ipea, 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11987/4/Dinamicas_da_violencia_Para.pdf. Acesso em: 6 mar. 2024.

2. Técnica de desenvolvimento e administração na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: milena.soares@ipea.gov.br.

3. Técnica de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: mariapaula.santos@ipea.gov.br.

4. Assistente de pesquisa integrante na Diest/Ipea. *E-mail*: ryanny.guimaraes@gmail.com.

5. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mails*: victoria.cunha@ipea.gov.br; victoriamacunha@gmail.com.

6. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: villelamilena@gmail.com.

7. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: karolina.armstrong@ipea.gov.br.

8. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: paloma.alves@ipea.gov.br.

Essa síntese resulta do fato de ter sido o Pará o estado amazônico que mais recebeu intervenções do governo federal durante o século XX, por meio de projetos de colonização, mineração e infraestrutura. Decorridos cinquenta anos do início dessas intervenções, seus impactos têm se manifestado com grande eloquência. Figura hoje entre os estados brasileiros que mais aumentaram a participação no produto interno bruto (PIB) nacional em 2020, quando passou a ser de 2,8%, vindo a ocupar a décima posição entre as Unidades da Federação (UFs). Em 2020, o PIB paraense atingiu o valor de R\$ 215,94 bilhões. Em relação ao PIB da região Norte (R\$ 478,173 bilhões, em 2020), o Pará contribuiu com 45,2%, mantendo a primeira colocação na região, graças, em grande medida, à sua indústria extrativa mineral (ferro, bauxita, ouro, entre outros), que representa quase 70% das atividades de seu parque industrial.

Entretanto, trata-se do estado que mais desmata no país há quinze anos, particularmente em territórios protegidos (terras indígenas – TIs e unidades de conservação – UCs). O estado também se sobressai por sua elevada taxa média de homicídios no período aqui analisado (2018-2020): foram 41,7 assassinatos por 100 mil habitantes, taxa 17,4 pontos percentuais (p.p.) acima da taxa média nacional para os mesmos três anos (de 24,3). Nesse período, cerca de cem dos seus 144 municípios também registraram taxas médias de homicídios superiores à média nacional desses anos, o que indica a presença, em seu território, de dinâmicas sociais conflituosas e letais.

Para tratar dessas dinâmicas, o texto que se segue está organizado em seis seções, incluindo-se esta introdução. A seção 2 apresenta informações sobre as características históricas, socioeconômicas, geográficas e demográficas do estado. A seção 3 analisa as taxas de homicídios apuradas por município, enquanto a seção 4 apresenta os principais conflitos encontrados no vasto território paraense e suas causas. A seção 5 traz um breve levantamento do aparato estadual de segurança pública das forças policiais atuantes no estado. Por fim, a seção 6 é dedicada às considerações finais.

2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS, SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS

O Pará ocupa uma área de 1.245.871 km², fazendo divisa com os estados brasileiros do Amapá e de Roraima, ao norte; do Amazonas, a oeste; do Maranhão, a nordeste; e de Mato Grosso e do Tocantins, ao sul. O estado também é fronteiro à Guiana Francesa e à Guiana, ao norte.

Segundo os primeiros resultados do Censo Demográfico de 2022, a população é de 8,11 milhões de habitantes, apresentando densidade demográfica de 6,61 hab./km². A capital, Belém, é o município com o maior número de habitantes (1,3 milhão de habitantes), seguida por Ananindeua (478.778 hab.), Santarém

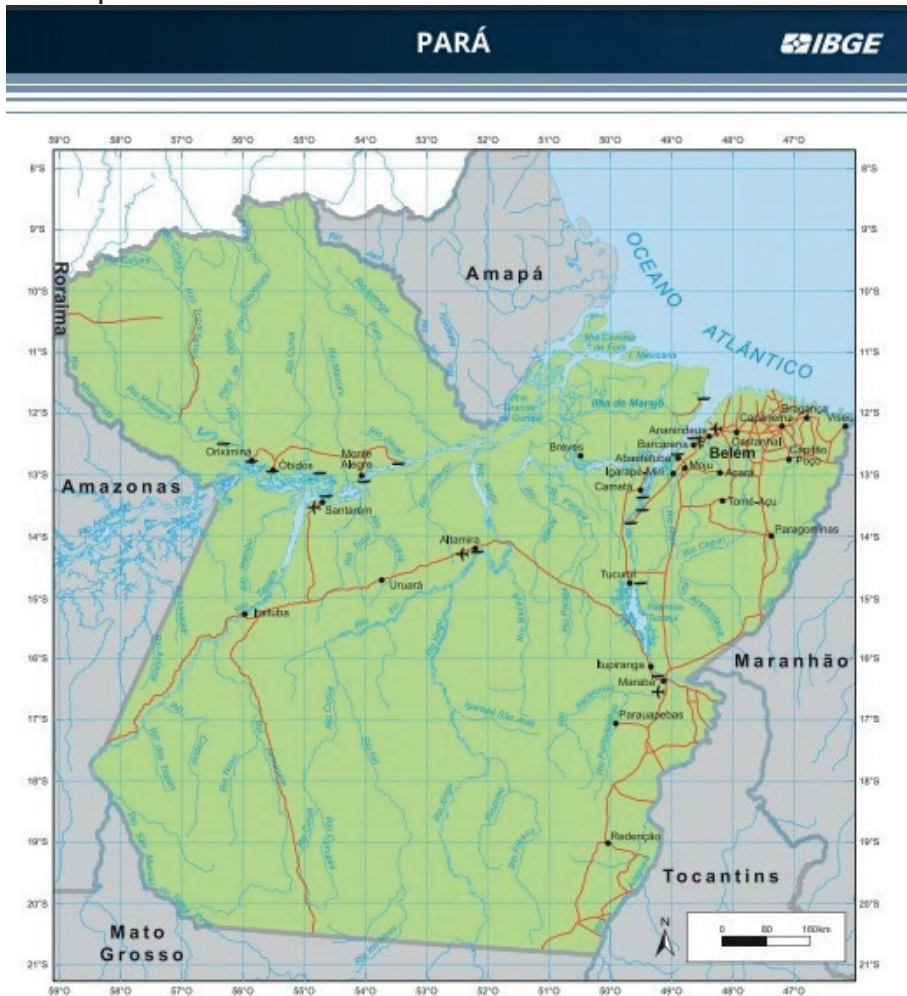
(3331.937 hab.) e Marabá (266.536 hab.).⁹ A população de pessoas autodeclaradas indígenas é de 80.974 indivíduos (cerca de 1% da população estadual), cuja maior parte reside em terras indígenas (51,64%). Trata-se do estado com maior quantidade de TIs (onze) acessadas apenas por via aérea do Brasil, quais sejam: TI Araweté do Igarapé Ipixuna; TI Baú; TI Kayabi; TI Kayapó; TI Kuruáva; TI Menkragnoti; TI Munduruku; TI Panará; TI Parque do Tumucumaque; TI Rio Paru D'Este; e TI Xipaya (IBGE, 2023a). Também é o estado brasileiro com a maior quantidade de territórios quilombolas do Brasil, totalizando 87 quilombos. O Pará possui, assim, a segunda maior população quilombola da região Norte em termos relativos (1,66%), 1 p.p. acima do percentual nacional (0,65%), com o total de 135.003 pessoas (IBGE, 2023b).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021 indicou que o rendimento domiciliar mensal *per capita* no estado era então de R\$ 1.061,00, o menor de toda a região Norte. A desigualdade, medida pelo índice de Gini, era de 0,53, igualando-se à média regional. O percentual de pessoas pobres era de 43,14%, superando as médias nacional (37,60%) e regional (40,13%); e a proporção de pessoas extremamente pobres era de 13,61%, maior que os percentuais nacional (8,40%) e regional (12,48%). A média de anos de estudo da população estadual é de 9,0 anos, inferior às médias regional (9,3) e nacional (9,8).

9. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=37225&t=resultados>.

MAPA 1

Mapa estadual do Pará



Fonte: IBGE. Portal de Mapas: mapa físico do Pará. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-estaduais/15977-mapas-fisicos-dos-estados.html>. Acesso em: 20 ago. 2022.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A vegetação que predomina no estado é a floresta tropical úmida, podendo ser encontrados ainda manguezais, no litoral; campos, na ilha de Marajó; e Cerrado, ao sul. O Pará é atravessado por diversos rios que compõem a bacia amazônica, sendo os principais os rios Amazonas, Jari, Pará – ou Parauaú –, Tapajós, Tocantins, Trombetas e Xingu.

A história desse estado remonta à criação da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, no século XVII, que era então unidade colonial distinta do resto do território que hoje compõe o Brasil. Em 1751, foi criado o Estado Colonial Português do Grão-Pará, que abrigava também a Capitania de São José do Rio Negro – hoje estado do Amazonas – e os atuais estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia. Com a Independência do Brasil (1822), o Grão-Pará vive um período de incertezas: poderia tornar-se um país independente de Portugal; manter-se como colônia portuguesa; ou unir-se ao Império do Brasil. Em meio às Guerras da Independência (1821-1824), o território foi finalmente incorporado ao Império do Brasil independente, tornando-se a província do Grão-Pará (1823). Em 1850, essa província seria desmembrada em duas unidades distintas: a província do Grão-Pará e a província do Amazonas.

De 1835 a 1840, a província do Grão-Pará foi palco da Cabanagem – a maior revolta popular já ocorrida no Brasil. Irrompida durante a regência do padre Diogo Feijó (1835-1838), foi motivada pela extrema pobreza, pela fome e por doenças, que afetavam a população local, bem como o isolamento político da província em relação ao resto do país e a forte influência portuguesa na região. Segundo Ricci (2007, p. 6), a revolta

deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. (...) Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central e ainda se aproximou do litoral norte e nordeste. Gerou distúrbios internacionais na América caribenha, intensificando um importante tráfico de ideias e de pessoas.¹⁰

Já no século XVIII, o Pará tornara-se um território próspero, com lavouras de café, arroz, cana-de-açúcar, cacau e tabaco, além de fazendas de gado. No século XIX, Belém transformou-se em um grande centro urbano, alavancado pelo *ciclo da borracha* – ciclo econômico que marcou a região amazônica entre 1880 e 1910. Para a intensa produção de borracha, que se destinava sobretudo ao mercado internacional, foram mobilizados, à época, milhares de trabalhadores de diferentes partes do país. Grandes obras foram então construídas na capital, como o Teatro da Paz, um símbolo desse período.

Tradicionalmente calcada no extrativismo, a economia paraense passou por grandes transformações a partir de meados do século XX, em decorrência de planos implementados pelos governos militares (1964-1985), que buscavam a integração da região amazônica à economia do resto do país. Destaca-se, naquele período, o Programa de Integração Nacional (PIN),¹¹ que propunha intervenções no Nordeste e na Amazônia, com o objetivo de melhor equilibrar os desníveis socioeconômicos

10. Ver, também, Rodrigues (2019).

11. Decreto-Lei nº 1.106/1970, assinado pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici.

e, *pari passu*, distensionar a questão fundiária no país, em que conflitos de terra e movimentos pró-reforma agrária cresciam desde a década de 1950 – especialmente no Nordeste – e constituíam, na ótica dos militares, um problema de *segurança nacional* (Soares, 2015). Os projetos prioritários da primeira fase do PIN foram, principalmente, a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém e um plano de colonização em seu entorno, com distribuição de terras. A estes, seguiram-se projetos de mineração e construção de infraestrutura – principalmente energia elétrica.

A colonização da região, iniciada ainda no Estado Novo (1937-1945), com a Marcha para o Oeste,¹² ganharia, assim, maior tração na década de 1970. O governo militar, então, ofereceria vantagens fiscais e legais, além de financiamento barato a grupos econômicos nacionais e internacionais que quisessem ali investir. Além de grandes empresas, os projetos de colonização atraíam também pequenos agricultores de outras regiões, que ali conseguiam maiores porções de terra a preços muito melhores que os praticados em seus territórios de origem – como São Paulo e Rio Grande do Sul. Chegaram também ao Pará, naquela época, inúmeros trabalhadores pobres do restante do país, atraídos por notícias sobre as facilidades de conseguir terras e emprego na Amazônia. Sendo assim, seguidas levas de colonos dirigiram-se ao Pará ao longo de anos, em contexto de baixíssima regulação estatal sobre posse e propriedade das terras – que ainda persiste –, provocando conflitos agrários e violência no campo, que até os dias de hoje produzem vítimas.

Segundo Lobato (2019), a expansão agropecuária no Pará está diretamente associada à extração madeireira e ao desmatamento, uma vez que estes funcionam como a frente pioneira da pecuária: limpam o terreno, produzindo carvão, lenha e madeira em tora, para posterior ocupação pelo gado. Também podem funcionar como fachada para especulação de terras, outro vetor do desmatamento. Por ser relativamente fácil seu manejo, a pecuária avançou na região com baixa produtividade, uma vez que é frequentemente usada para demarcar um território e garantir sua posse. Esse processo se reflete no avanço sobre terras protegidas e na expansão dos latifúndios, com consequente aumento da concentração de terras que dão causa aos conflitos agrários (Costa Silva e Dandolini, 2018).

Outra frente de investimento estatal no Pará, desde a década de 1970, foi a mineração, que acabaria se tornando uma das principais atividades econômicas do estado. Na segunda metade dos anos 1960, pesquisas geológicas levariam à descoberta da reserva de minério de ferro da Serra dos Carajás, considerada uma das maiores do

12. Política pública engendrada pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo, a fim de desenvolver e integrar as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, que, até aquele momento, apresentavam baixa densidade demográfica, bem diferente ao que ocorria na região litorânea brasileira.

munho,¹³ que ensinaria a criação do Projeto Grande Carajás¹⁴ pelo governo federal na década de 1980. O empreendimento envolvia a construção de rodovias, ferrovias – com destaque para a Estrada de Ferro Carajás –, portos e barragens, que viriam a compor a infraestrutura necessária não somente à extração do minério, mas também ao seu transporte até o litoral – e, de lá, para outras partes do mundo. Principal produto da balança comercial do Pará atualmente, 41% das exportações brasileiras de minério de ferro (cerca de 160 mil toneladas, em 2022) provêm do estado.¹⁵

O Pará produz ainda bauxita, caulim, cobre, manganês, níquel, silício, fosfato, alumínio e ouro. Os grandes depósitos de bauxita na região, descobertos ainda no século XIX, levariam à exploração intensiva do mineral no final dos anos 1970 e à implantação de um grande polo de alumínio, capitaneado pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A cadeia da bauxita compreende as etapas de: i) extração do minério; ii) transformação da bauxita em alumina (matéria-prima básica do alumínio); e, por fim, iii) transformação final da alumina em alumínio, cujas partes metálicas são comercializadas conforme demanda do mercado. Para viabilizar esses processos, foi necessário criar uma extensa cadeia intermodal que conectasse os transportes ferroviário e hidroviário, com a finalidade de garantir desde o carregamento da bauxita – nos municípios de Oriximiná, Juruti e Paragominas – até a fase final (transformação e exportação do alumínio, que ocorre na cidade de Barcarena). Também foi preciso construir usinas hidrelétricas, uma vez que esse tipo de energia é insumo essencial dessa indústria. No período, foram construídas no Pará as usinas hidrelétricas de Curuá-Uma, inaugurada em 1977,¹⁶ e de Tucuruí, inaugurada em 1984, com capacidade de geração 8.370 MW. Prevista ainda nos governos militares, a Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, a maior de todas,¹⁷ viria a se concretizar apenas em 2011.

O garimpo de ouro também trouxe fama ao Pará, em decorrência da abertura, em seu território, do “maior garimpo a céu aberto do mundo”, no início da década de 1980: Serra Pelada, que operou até o início da década de 1990. Segundo estimativas, mais de 100 mil pessoas retiraram dali cerca de 50 t de ouro, em condições de trabalho bastante precárias. Calor intenso, escadas comprometidas, barrancos sem medidas de segurança e contaminações pelo ar, por barro e por mercúrio levaram à ocorrência de diversas mortes no local. Atraindo famílias de garimpeiros e trabalhadores em

13. Disponível em: <https://www.simineral.org.br/mineracao#mineracaopara>.

14. Realizado pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce, hoje privatizada e denominada Vale, o Programa Grande Carajás começou a implementar, na década de 1980, alguns projetos minero-metalúrgicos, tais como: Ferro-Carajás (Serra de Carajás-PA), em 1984; Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A. – Alumar (São Luís-MA), em 1984; Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás (Barcarena-PA), em 1985; extração de manganês de Igarapé Azul (Serra de Carajás-PA), em 1986, e de ouro do Igarapé Bahia (Serra de Carajás-PA); e algumas indústrias de ferro-gusa em Marabá-PA e Açailândia-MA (Canto, 2016).

15. Em 2022, o valor exportado desse minério chegou a US\$ 12,8 bilhões. Para mais detalhes, ver o *link* disponível em: <https://www.simineral.org.br/mineracao#mineracaopara>.

16. Programada para gerar 100 MW, alagando 78 km² – para os 40 MW.

17. Com capacidade instalada para produzir 11.233 MW.

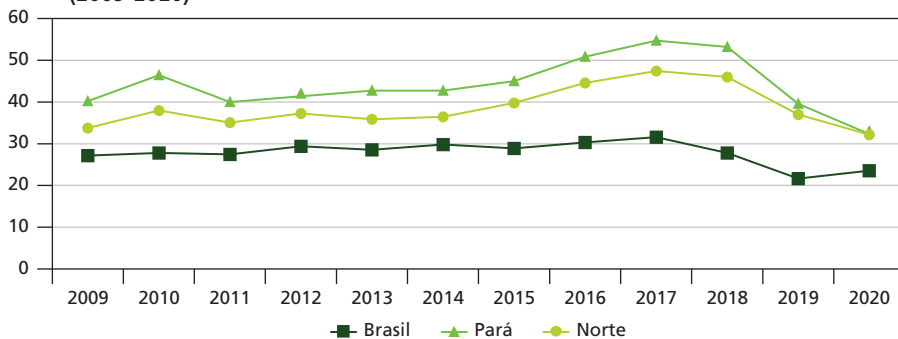
outros serviços, Serra Pelada daria origem a diversas cidades no seu entorno, como Curionópolis,¹⁸ e seria palco, em 1987, de mais de sessenta óbitos em um mesmo dia, causados pela ação da Polícia Militar (PM) paraense, quando garimpeiros romperam a ponte rododiferroviária sobre o rio Tocantins, com o objetivo de protestar contra a falta de segurança no local e a baixa produção.¹⁹ Após algumas tentativas de fechamento do garimpo nos anos 1980, a lavra foi finalmente encerrada em 1992 (Angelo, 2021). Nos dias atuais, a riqueza mineral da região da Serra dos Carajás tem atraído a exploração ilegal, especialmente nos municípios de Marabá, Canaã dos Carajás, Curionópolis e Parauapebas (Carvalho, 2023).

3 HOMICÍDIOS E DADOS CRIMINAIS

Nos últimos quinze anos, o Pará tem apresentado taxas de homicídio superiores às médias da região Norte do país e do Brasil. Analisando-se a série histórica de 2009 a 2020, verifica-se tendência de queda dessas taxas a partir de 2017. Em 2020, enquanto a taxa do Brasil foi de 23,5 homicídios para cada 100 mil habitantes, o Pará registrou 32,3, próxima à da região Norte, de 32,1 (gráfico 1).

GRÁFICO 1

Evolução das taxas de homicídios por 100 mil habitantes – Brasil, região Norte e Pará (2009-2020)



Fontes: Tabnet/Datasus do Ministério da Saúde (MS), Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do MS e IBGE.

Obs.: 1. Número de homicídios – número de homicídios na UF de residência obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS.

2. População obtida de “População residente: estimativas para o TCU” (Tabnet/Datasus/MS).

3. Taxa de homicídios – a taxa de homicídios por 100 mil habitantes é calculada pela divisão do número de homicídios pela população e pela multiplicação por 100 mil.

18. Curionópolis foi fundada e administrada, por certo tempo, pelo major Curió (Sebastião Rodrigues de Moura), figura legendária na região e na história de Serra Pelada. Militar de carreira, Curió atuou na repressão à guerrilha do Araguaia (anos 1970), em que aplicava técnicas de tortura. Após servir no Centro de Informações do Exército (CIE) e no Serviço Nacional de Informações (SNI), foi destacado para servir como interventor federal em área do município de Marabá, onde se localizava o garimpo de Serra Pelada. Em 1982, elegeu-se deputado federal, com recorde de votos. Para mais informações, consultar o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sebastiao-curio-rodrigues-de-moura>.

19. O direito minerário de Serra Pelada era de titularidade da CVRD, que manteve uma firma subsidiária no local, sem explorar o mineral. A empresa nunca conseguiu expulsar os garimpeiros da região, e, em 1984, foi aprovada uma indenização à Vale no valor de US\$ 60 milhões pelo ouro até então extraído pelos garimpeiros. Para mais detalhes, ver o *link* disponível em: <https://sagaconsultoria.com/serra-pelada-a-historia-do-maior-garimpo-a-ceu-aberto-do-mundo/>.

O quadro 1 mostra que no período 2018-2020, 101 dos 144 municípios paraenses apresentaram taxas médias de homicídio superiores à média nacional (24,3); isso indica que a violência letal afeta o território de forma generalizada.

QUADRO 1

Homicídios por 100 mil habitantes: taxa média (2018-2020)

Taxas médias de homicídio/ 100 mil habitantes		Municípios
Grupo I	0 a 10,87	Chaves; Curuá; Limoeiro do Ajuru; Muaná; Alenquer; Currálinho; Cachoeira do Arari; Melgaço; Juruti; Aveiro; Ponta de Pedras; Prainha; Gurupá; Viseu; Terra Santa; e Bagre.
Grupo II	11,26 a 24,32	São Sebastião da Boa Vista; Oeiras do Pará; Monte Alegre; Augusto Corrêa; Santa Cruz do Arari; Faro; Rurópolis; Porto de Moz; Maracanã; Óbidos; Cametá; Afuá; Água Azul do Norte; Conceição do Araguaia; Oriximiná; Soure; Irituía; Mojuí dos Campos; Anajás; Magalhães Barata; Salvaterra; Santarém; Belterra; Nova Timboteua; São João da Ponta; Baião; Tracuateua; e Pau D'Arco.
Grupo III	24,56 a 40,92	Bonito; Xinguara; Santarém Novo; Ulianópolis; Cachoeira do Piriá; Placas; Nova Ipixuna; Breves; Santo Antônio do Tauá; Ipixuna do Pará; São Caetano de Odivelas; Santa Maria das Barreiras; Trairão; Almeirim; Santana do Araguaia; Aurora do Pará; São Félix do Xingu; Igarapé-Açu; Palestina do Pará; Portel; Brejo Grande do Araguaia; Dom Eliseu; Peixe-Boi; São Francisco do Pará; Quatipuru; Bragança; São João do Araguaia; Piçarra; São João de Pirabas; São Domingos do Araguaia; Primavera; Santa Luzia do Pará; Breu Branco; Santa Maria do Pará; Igarapé-Miri; Novo Repartimento; Jacundá; Colares; Goianésia do Pará; Itupiranga; Marapanim; Bom Jesus do Tocantins; Abaetetuba; Tucumã; São Domingos do Capim; Mocajuba; São Geraldo do Araguaia; São Miguel do Guamá; e Garrafão do Norte.
Grupo IV	41,94 a 66,08	Tucuruí; Medicilândia; Curuçá; Tailândia; Rondon do Pará; Cumarú do Norte; Sapucaia; Concórdia do Pará; Salinópolis; Inhangapi; Rio Maria; Moju; Capanema; Ourém; Belém; Uruará; Barcarena; Abel Figueiredo; Acará; Bannach; Terra Alta; Vigia; Santa Izabel do Pará; Pacajá; Ananindeua; Marabá; Paragominas; Eldorado do Carajás; Capitão Poço; Benevides; Santa Bárbara do Pará; Marituba; Parauapebas; Castanhal; Itaituba; Brasil Novo; Canaã dos Carajás; e Vitória do Xingu.
Grupo V	68,41 a 118,2	Redenção; Ourilândia do Norte; Mãe do Rio; Tomé-Açu; Curionópolis; Bujaru; Nova Esperança do Piriá; Altamira; Novo Progresso; Senador José Porfírio; Anapu; Jacareacanga; e Floresta do Araguaia.

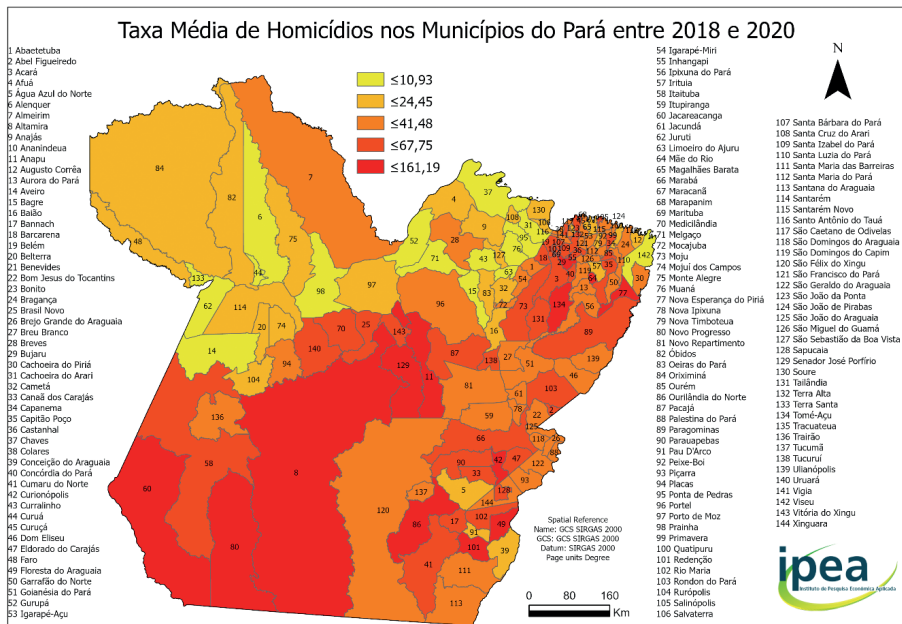
Fontes: Tabnet/Datasus/MS, SIM/MS e IBGE.

- Obs.: 1. Número de homicídios – número de homicídios na UF de residência obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS.
2. População obtida de “População residente: estimativas para o TCU” (Tabnet/Datasus/MS).
3. Taxa de homicídios – a taxa de homicídios por 100 mil habitantes é calculada pela divisão do número de homicídios pela população e pela multiplicação por 100 mil.

No mapa 2, observa-se a distribuição territorial dos indicadores de homicídios, com a identificação dos municípios paraenses. Destacam-se os municípios da região sudeste do estado, na divisa com Amazonas e Mato Grosso: Jacareacanga (113,3); Novo Progresso (94,45); Altamira (81,2); Senador José Porfírio (105,8); e Anapu (107,6). Jacareacanga e Anapu são o segundo e terceiro municípios com maiores taxas médias de homicídio em todo o período analisado (grupo V). Também estão nesse grupo os municípios de Redenção (68,4), Ourilândia do Norte (69,0), Curionópolis (70,7), Nova Esperança do Piriá (76,4) e Floresta do Araguaia (118,2), situados na mesorregião sudeste do estado. Além destes, encontram-se na mesma faixa os municípios de Mãe do Rio (69,8), Tomé-Uçu (69,9) e Bujaru (72,1), localizados na mesorregião nordeste do Pará, próximos à Região Metropolitana (RM) de Belém.

MAPA 2

Taxa média de homicídios por município – Pará (2018-2020)



Fontes: Tabnet/Datasus/MS, SIM/MS e IBGE.

Obs.: 1. Número de homicídios – número de homicídios na UF de residência obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS.

2. População obtida de "População residente: estimativas para o TCU" (Tabnet/Datasus/MS).

3. Taxa de homicídios – taxa de homicídios por 100 mil habitantes é calculada pela divisão do número de homicídios pela população e pela multiplicação por 100 mil.

4. Ilustração cujos layouts e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Verifica-se que municípios com altas taxas médias de homicídio possuem em seus territórios unidades de conservação, assentamentos, TIs e quilombos, o que indica possível correlação entre homicídios e conflitos ambientais e agrários nesses locais. O município de Floresta do Araguaia, no sudeste do estado, onde há dezesseis áreas de assentamentos de reforma agrária e a TI Las Casas, é também o que apresenta maior taxa média de homicídios para o período (118,2). Essa coincidência também é observada em Nova Esperança do Piriá (76,4), em que há seis assentamentos da reforma agrária²⁰ e a TI Alto Rio Guamã; e em Bujaru (72,1), na região nordeste do estado, com oito assentamentos²¹ e um quilombo (São Judas Tadeu).

20. Projetos de assentamento (PAs) Cidapar I e II, Paranoa, Enalco, Arapua, Simeira e Del Rey.

21. PAs Araxiteua, Ilha Mocajuba, Mariahi, Itabira, Piramide, Itapeva, Jutai Mirim e Mocajuba.

Em 2021, o Pará destacou-se por apresentar uma das maiores taxas de policiais mortos em confronto (0,7) do país. Também se observaram, no estado, médias de mortes decorrentes de intervenção policial (6,2) superiores à nacional e à regional (0,4 e 2,9, respectivamente).²² O estado registra, ademais, altos índices de violência contra a mulher, com taxas de feminicídio (1,5), homicídios femininos (4,2), estupro de vulnerável (44,5) e lesão corporal/violência doméstica (198,6) acima das taxas nacionais – tendência comum a todos os estados da região Norte. Quanto à posse e ao porte ilegal de armas, houve crescimento de 7,2% de casos entre 2020 e 2021. Este, contudo, não é o número mais alarmante da região Norte: Acre (43,5%), Roraima (33,7%) e Amapá (12,4%), por exemplo, tiveram índices superiores ao percentual registrado no Pará (FBSP, 2022).

4 PRINCIPAIS CONFLITOS E ATIVIDADES RELACIONADAS

Apesar de mostrar uma trajetória descendente nas taxas de homicídio desde 2018, o estado do Pará segue figurando entre os estados mais violentos do país. Segundo interlocutores locais (pesquisadores e atores do sistema de justiça e segurança pública), as dinâmicas são bastante distintas quando se comparam a RM de Belém e o interior do estado. Enquanto na RM de Belém a violência se deve a conflitos entre facções de base prisional, milícias e polícias, no interior reflete disputas pela terra que envolvem trabalhadores rurais (posseiros), povos tradicionais e grileiros. Observa-se também maior concentração de esforços da secretaria de segurança pública na RM do que nos municípios do interior.

Não obstante, a criminalização da pobreza parece permear todo o estado, com baixa responsabilização dos grandes financiadores das atividades ilegais – seja no meio urbano, seja no rural –, e o combate ao narcotráfico parece resumir-se no encarceramento de pequenos traficantes, majoritariamente representados por pessoas pretas e pardas. De acordo com dados do Sistema de Informações Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Sisdepen/MJSP), a população carcerária²³ do Pará em 2021 era composta, em 54,33%, de indivíduos pardos; em 23,77%, de pessoas negras; em 18,65%, de brancos; em 3,22%, de pessoas de raça/cor amarela; e em 0,03%, de indígenas.²⁴

No interior, a violência decorre principalmente de conflitos entre grandes empreendimentos agropecuários, grileiros e exploradores ilegais de recursos naturais, de um lado, e posseiros e populações tradicionais, do outro. Estes últimos são frequentemente submetidos à “pedagogia do terror” (massacres, execuções e ameaças). Nas próximas subseções, serão abordadas as dinâmicas da violência no Pará, segundo a natureza da sub-região em que ocorre: RM (4.1) e interior (4.2).

22. Ver apêndices D e E.

23. O total da população carcerária no Pará é de 15.017 presos – até 2021 –, dos quais 14.983 dispõem de informação étnico-racial.

24. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjo1MjY2M2UzMWwMtZmJkOS00YjhhLWFMmGETZGVmODM4YTE0MjIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNlNy05MWYyLTriOGRhNmJmZThlMSJ9>.

4.1 Dinâmicas da violência na RM de Belém

A RM de Belém tem sido palco de execuções e chacinas relacionadas à ação de milícias,²⁵ de facções de base prisional e, também, da polícia. O Pará, assim como outros estados do Norte, foi profundamente afetado pela incursão, em seu território, das facções criminosas provenientes do Sudeste do país (Primeiro Comando da Capital – PCC e Comando Vermelho – CV), desde meados dos anos 2000. Segundo Soares (2023), o PCC está estruturado no estado desde 2006, tendo adquirido influência considerável no sistema carcerário. Atualmente, sua principal base está em Altamira, no sudoeste do Pará.

Quanto ao CV, estima-se que chegou ao estado em 2009, sendo atualmente a principal facção atuante em Belém e sua RM. Na região, estabeleceu alianças importantes com facções regionais, como a Equipe Tex, do bairro Terra Firme, na periferia de Belém; e a Equipe Real, baseada no município de Ananindeua, na RM de Belém (Soares, 2023). Além desses grupos, estiveram presentes no estado o Cartel do Norte (antiga Família do Norte – FDN), oriundo do Amazonas,²⁶ e o Bonde dos 30 (FBSP, 2018), facção local que se estabeleceu a partir dos municípios de Abaetetuba e Barcarena, vindo a expandir-se pelos municípios de Moju, Tucuruí, Ananindeua, Castanhal e Belém. A prisão de uma de suas lideranças (“Surfista”), em 2009, teria favorecido seu *batismo* pelo PCC no cárcere. Desde 2015, o grupo vem perdendo força, em especial a partir da Operação First, da Polícia Civil, que realizou diversas prisões de lideranças importantes (Dórea *et al.*, 2018).

Mais recentemente, a expansão do tráfico internacional de cocaína no território amazônico, a partir da Colômbia e do Peru, fomentou disputas pelo controle das rotas usadas para o transporte dessa mercadoria. O Pará é estratégico nessa rota, em função de sua boa rede de transportes de múltiplos modais (hidroviário, terrestre e aéreo), que permitem a distribuição das drogas para o país e o exterior.

Interlocutores locais apontam um possível cenário de pacificação entre facções na RM de Belém nos últimos anos, o que explicaria, ao menos em parte, a redução de homicídios no estado. Se assim for, o ordenamento imposto pelas facções, por meio dos códigos de conduta respeitados pela comunidade, se sobreporia ao do próprio estado. Contudo, em 2019, um grande massacre de presos decorrente de conflito entre facções prisionais ocorreu em Altamira; em 2020 e 2021, algumas execuções e atentados foram cometidos contra agentes de segurança pública e membros de grupos criminosos. Dessa forma, tem-se em vista, supostamente, forçar barganhas com as autoridades em torno de melhores condições e garantia

25. De acordo com Cano (2008), o termo *milícias* começou a ser utilizado em 2006, quando os jornais começaram a falar a respeito de um controle crescente em comunidades carentes por grupos armados (*milícias*). Esses grupos eram compostos por policiais e outros agentes do estado, que iniciaram uma dominação em áreas previamente controladas por narcotraficantes.

26. A FDN é uma facção surgida no Amazonas, por volta de 2007.

de direitos dos presos no sistema penitenciário paraense. A política penitenciária mostra-se, assim, central à compreensão das dinâmicas dos conflitos urbanos.

Como foi dito, a RM de Belém parece ser o principal foco da política da secretaria de segurança pública estadual. Investimentos em equipamentos, definição de áreas prioritárias de intervenção, assim como o programa Territórios pela Paz (TerPaz), de caráter preventivo, estão principalmente concentrados ali. Segundo interlocutores, o TerPaz combina “uma política de inclusão social com política de segurança pública” e é implantado em locais com maiores índices de violência e piores indicadores sociais. Consiste na instalação de equipamentos públicos, as usinas da paz, que ofertam serviços de profissionalização, educação, cultura e arte, saúde, esporte, lazer e mediação de conflitos. O objetivo do programa é desconstruir dinâmicas geradoras de criminalidade e impedir que jovens ingressem em organizações criminosas.²⁷ A figura 1 mapeia as usinas da paz já construídas e onde se localizam. Observa-se que cinco destas estão localizadas em Belém; duas, em municípios de sua RM (Ananindeua e Marituba); e apenas duas estão na mesorregião sudeste do Pará (Parauapebas e Canaã dos Carajás).

FIGURA 1

Localização das usinas da paz – Pará (2021-2022)



Fonte: Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). Webinar *Projetos urbanos integrais em Medellín e territórios pela paz no Pará*, realizado em 26 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/agenda-de-eventos/projetos-urbanos-integrais-em-medellin-e-territorios-pela-paz-em-belem-para/>.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

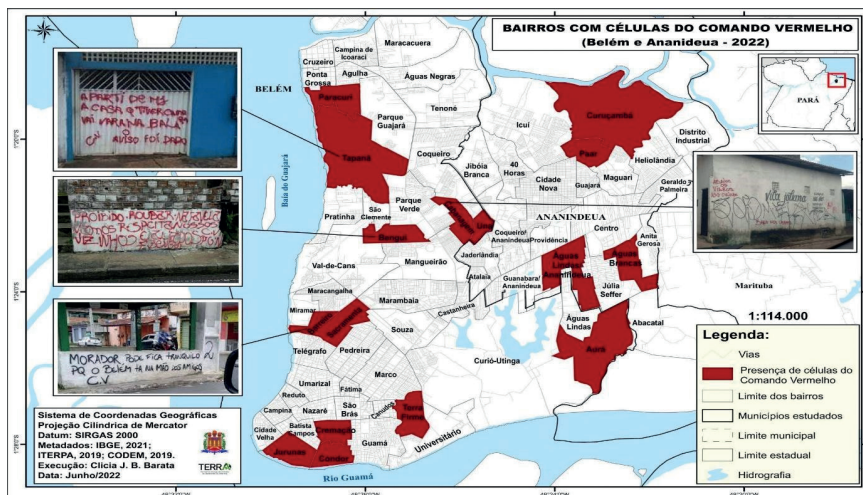
Outra hipótese para explicar a diminuição dos índices de homicídios na RM de Belém seria a profissionalização do crime organizado. Segundo Couto (2020), o

27. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/noticias/conexao-entre-seguranca-publica-e-urbanismo-social-e-tema-de-curso-do-insper/>.

CV já teria “avisado” que não seria “permitido” cometer crimes em territórios sob seu domínio. A comunicação desses “avisos” é feita às comunidades na forma de *pichações* (figura 2). A proibição visaria evitar a atenção e a ação da polícia naqueles territórios, o que comprometeria o comércio de drogas (Couto, 2020). A figura 2 ilustra os avisos colocados em bairros dos municípios de Belém e Ananindeua.

FIGURA 2

Pichações em bairros dominados pelo CV – Belém e Ananindeua (2022)



Elaboração: Clícia J. B. Barata.

Obs.: 1. Imagem disponibilizada pelo professor Aiala Couto, da Universidade do Estado do Pará (Ueapa).

2. Ilustração cujos detalhes e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

4.2 Dinâmicas da violência no interior do estado

O interior do estado apresenta dinâmicas de violência decorrentes principalmente de conflitos agrários. Não obstante, a presença de facções dentro e fora de prisões em municípios do interior também incrementa as taxas de homicídios nesses locais. Nesse sentido, a cidade de Altamira foi o berço do Comando Classe A (CCA) em 2012, o qual depois se expandiu para prisões da RM de Belém e cidades do entorno (Itaituba, Marabá, Tucuruí e Parauapebas). Em 2019, 58 presos foram mortos pelo CCA no Centro de Recuperação Regional de Altamira, como reação ao avanço do CV na região. Seu fortalecimento esteve associado aos desdobramentos da construção da UHE de Belo Monte, com as remoções forçadas e a criação de assentamentos precários. A desmobilização das obras de Belo Monte, a partir de 2015, piorou ainda mais as condições de vida e emprego na região, atraindo novos trabalhadores para a economia criminal ali estabelecida.

No entanto, são as disputas pela posse e pelo uso da terra as principais dinâmicas que incrementam a violência letal no estado do Pará, que carrega o título de campeão de conflitos fundiários do país e de mortes decorrentes disso. Segundo Loureiro e Pinto (2005), desde a década de 1970 até os anos 2000, ocorreram pelo menos 772 assassinatos no campo. Apenas em 2022, estima-se que 47% dos conflitos no campo ocorreram na região Norte do país, sendo o Pará o estado com maior número de ocorrências: 156 casos, envolvendo mais de 31 mil famílias, especialmente na região sul do estado (CPT, 2022). O estado é reconhecido, em âmbito nacional e internacional, por verdadeiros massacres ocorridos em seu território, tais como: o de Rondon do Pará, em 1987;²⁸ o de Marabá, em 1987;²⁹ o de Eldorado dos Carajás, em 1996;³⁰ o de Xinguara/Rio Maria, em 2002;³¹ o de Pau D’Arco, em 2017;³² e o de São Feliz do Xingú, em 2022³³ (CPT, 2022).

O Pará também registra um dos maiores índices de impunidade por conflitos fundiários, pois, em que pese a enorme quantidade de casos, a persecução penal e a responsabilização dos autores são raras (Loureiro e Pinto, 2005). Não por acaso, uma das primeiras citações do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ocorrida em 1997, partiu de denúncia apresentada pela CPT – e por outras organizações – sobre assassinatos, ameaças e outras violações de direitos humanos ocorridos no contexto de conflitos rurais em Xinguara e Rio Maria (região sul do estado). As denúncias falam ainda da formação de esquadrões de morte e de uma lista de pessoas “marcadas para morrer”, que incluiria lideranças de movimentos sociais e ambientalistas. Também em 1997, uma delegação do CIDH foi enviada à região, a qual comprovou a existência de grupos de extermínio. Estima-se que, desde 1980 até a data de realização da denúncia, pelo menos 190 trabalhadores rurais teriam sido assassinados no sul do Pará (Reis, 2012).

28. Vinte e três de outubro de 1987: assassinato de dois camponeses e uma criança (CPT, 2022).

29. Vinte e oito de dezembro de 1987: assassinato de três pessoas durante manifestação ocorrida sobre a ponte do rio Tocantins. As mortes ocorrem após ordem do governador do Pará à época, Hélio Gueiros, que enviou uma tropa de 360 soldados da PM ao local (CPT, 2022).

30. Dezesete de abril de 1996: um grupo de trezentos trabalhadores sem-terra impediu a passagem de carros e caminhões na PA-150. Eles protestavam pela demora do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em desapropriar a fazenda Macaxeira (40 mil hectares), então improdutiva. Ao final do confronto entre policiais militares e camponeses, dezenove destes foram mortos e outros dois, feridos (CPT, 2022).

31. Vinte e três de fevereiro de 2002: assassinato de quatro pessoas por oito pistoleiros das fazendas Mandassaia e Santa Teresa, em Xinguara, propriedade do ex-ministro do governo Geisel, Angelo Calmon de Sá. Nesse município, em 13 de agosto de 1987, foram assassinados três camponeses. Há histórico de conflitos na região desde 1983, ligados à coleta de castanhas de algumas famílias que conflitavam com a família Mutran, a qual exercia monopólio do produto (CPT, 2022).

32. Vinte e quatro de maio de 2017: assassinato de dez trabalhadores rurais sem-terra em uma ação da Polícia Militar com a Polícia Civil do estado do Pará, supostamente organizada para cumprir mandados de prisão contra os ocupantes da fazenda Santa Lúcia, assim como do acampamento Nova Vida. A operação conduziu-se por meio da Delegacia de Conflitos Agrários, com apoio de policiais dos municípios de Redenção, Conceição do Araguaia e Xinguara (CPT, 2022).

33. Onze de janeiro de 2022: assassinato de José Gomes, ambientalista conhecido como Zé do Lago, sua esposa Márcia Nunes Lisboa, também ambientalista, e sua filha Joene Nunes Lisboa, em Cacheira da Mucura (CPT, 2022).

A história de violência e resistência sob a qual se forja a luta fundiária no Pará é a outra face da história da colonização dirigida pelo estado, que ocorre por meio da concessão de terras devolutas³⁴ para o interesse privado (Andrade, 2019). Assim, embora a grilagem de terras seja histórica, assumiu contornos “institucionais” em função da política de federalização de terras devolutas da ditadura militar (1964-1985). Na ocasião, o governo federal retirou dos estados faixas de terra situadas a até 100 km de distância do traçado das rodovias federais, com o objetivo de destiná-las a projetos de colonização,³⁵ tais como os projetos integrados de colonização – PICs (Rocha e Gonçalves, 2017). No Pará, destacaram-se os PICs Altamira, Marabá e Itaituba (Farias *et al.*, 2021). Estima-se que, após o processo de federalização de terras amazônicas, apenas 30% da extensão de terras paraenses ficaram sob jurisdição do estado (Loureiro e Pinto, 2015).

No contexto da “colonização” da Amazônia (Loureiro, 2022), o Pará é o estado da região com mais projetos de assentamento em seu território (Farias *et al.*, 2018) e um dos que mais recebeu migrantes. A política de “terras sem homens para homens sem terra” (Médici, 1970³⁶ *apud* Soares, 2015, p. 124) foi levada a cabo, entretanto, sem a adequada assistência técnica e econômica às famílias assentadas, o que aumentaria a pobreza e agravaria as disputas por terras (Reis, 2012). Nesse cenário, posseiros e populações tradicionais já estabelecidos foram submetidos a expulsão violenta e a invasões ilegais (Pereira, 2015). Paralelamente, surgiram no estado densos aglomerados e novas cidades “sem lei”, em que a eventual presença do Estado mais contribuiu para a escalada da violência do que para sua contenção.

A massiva atração de migrantes para o Pará ampliou o estabelecimento de culturas invasoras na região, como a pecuária e a monocultura da soja e do eucalipto. Por sua vez, os grandes projetos ali implantados (Grande Carajás, o complexo do alumínio, assim como as grandes hidrelétricas, entre outros) ocasionam problemas de infraestrutura urbana, especulação imobiliária, incremento da pobreza e precarização das relações trabalhistas. A construção da UHE de Belo Monte, por exemplo, é frequentemente associada ao crescimento da violência e da criminalidade, do tráfico de drogas e da exploração sexual de crianças e mulheres (Ribeiro

34. As terras devolutas são terras que não possuem título de propriedade privada válido e que, portanto, são consideradas propriedade do Estado.

35. Os projetos de colonização são políticas públicas de reforma agrária criadas pelo Incra, inicialmente com as modalidades: projeto integrado de colonização; projeto de assentamento dirigido – PAD; projeto de assentamento rápido – PAR; e projeto de assentamento federal. Esses projetos são considerados como assentamentos tradicionais, representando 72% do total implementado na Amazônia (Farias *et al.*, 2018).

36. Médici, E. G. *Sob o signo da fé*. Discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, Sudam. 8 out. 1970. Disponível em: www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/24/view. Acesso em: 8 nov. 2023.

e Corrêa, 2018). Além do complexo hidrelétrico de Belo Monte, está prevista a construção de outras três hidrelétricas na região (Altamira, Pombal e São Félix). Somando-se a esse quadro, o empreendimento da mineradora canadense Belo Sun visa à extração de ouro em uma área de exploração que se estende às terras Xipayá (Fiocruz, 2018a; 2022a).

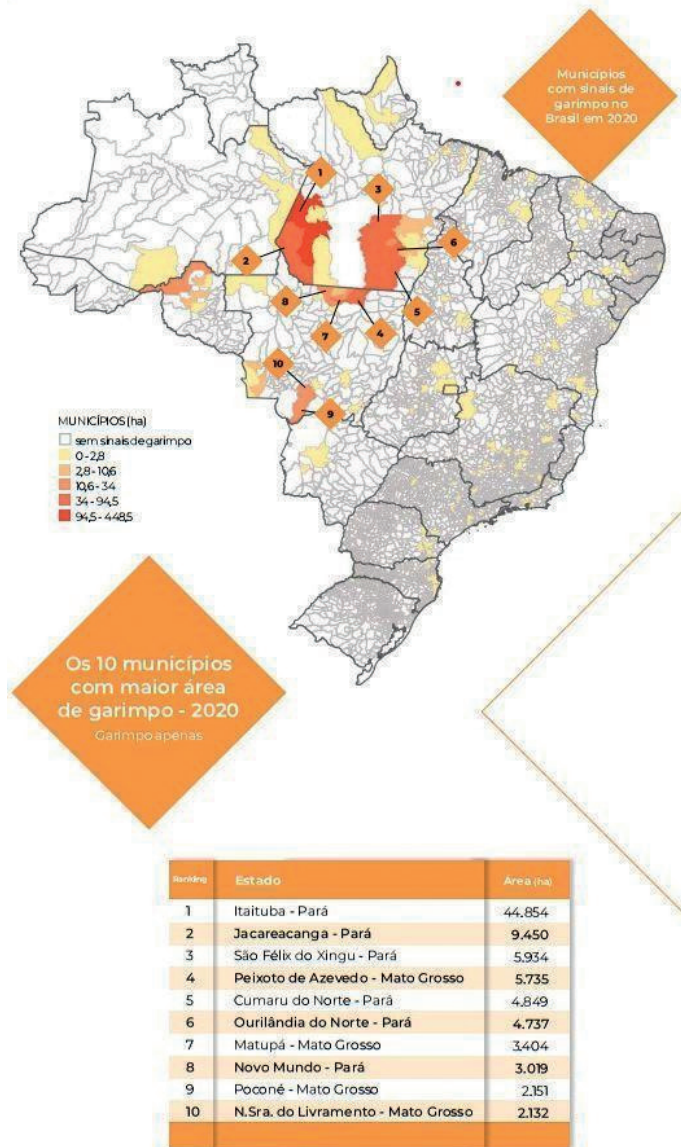
Há fortes indícios de que, de 2019 a 2022, o governo federal se tornou conivente com as práticas de grilagem, exploração madeireira ilegal e garimpo ilegal, seja pelo enfraquecimento das instituições de controle (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – Funai e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO), seja pelo estímulo a essas atividades. O Pará é, há quinze anos, o estado brasileiro líder em desmatamento, em cujo território estão as áreas mais desmatadas do Brasil (municípios, como Altamira e São Félix do Xingu; unidades de conservação, como a área de proteção ambiental – APA Triunfo do Xingu e Floresta Nacional do Jamaxim; e TIs, como Cachoeira Seca, povo Arara, e Apyterewa, povo Parakanã). Também foi no Pará, em 2019, que ocorreu o chamado “dia do fogo”, quando ruralistas criminosamente atearam fogo na floresta, em Novo Progresso, região da BR-163 (Deutsche Welle, 2020).

Em relação ao garimpo ilegal, outra atividade geradora de conflitos, seis entre os dez municípios brasileiros com maior área garimpeira estão no Pará, em suas partes sudeste e sudoeste: Itaituba (44.854 ha); Jacareacanga (9.450 ha); São Félix do Xingú (5.934 ha); Cumaru do Norte (4.849 ha); Ourilândia do Norte (4.737 ha); e Novo Mundo (3.019 ha). Em 2021, o Pará foi o terceiro estado com maior número de conflitos envolvendo mineração e garimpo:³⁷ registraram-se 27 conflitos, que abrangem 6.391 famílias. Em 23 desses casos, havia envolvimento do garimpo ilegal. Os demais envolveram empresas mineradoras. As famílias afetadas pelos conflitos são, na sua maioria, indígenas (CPT, 2022).

37. Importa esclarecer que “garimpo é a mineração caracterizada pelo baixo nível de mecanização, quase sempre associado à mão de obra não especializada e pouca ou nenhuma infraestrutura permanentes”; por sua vez, a “mineração industrial faz a extração, transporte e o processamento do material, empregando alto nível de mecanização, operações de longo prazo e mão de obra especializada” (MapBiomias, 2021, p. 3).

FIGURA 3
Municípios com garimpo no Brasil

FOI DETECTADO **GARIMPO** EM 232 MUNICÍPIOS



Fonte: MapBiomias (2021).

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A expansão do garimpo dá-se por meio do avanço sobre territórios indígenas e áreas de conservação: de 2010 a 2020, a área ocupada por garimpos em TIs cresceu 495%; em unidades de conservação, o crescimento foi de 309% (MapBiomias, 2021). O município de Itaituba, localizado no nordeste do estado, possui a maior área afetada pela atividade: seu tamanho é cerca de quatro vezes maior que as áreas garimpeiras das demais cidades mencionadas. Nesse município, pequenos agricultores e populações tradicionais (“beiradeiros”³⁸ e indígenas) que ocupam a região (uma faixa de cerca de 70 km da margem esquerda do rio Tapajós) são ameaçados, desde a década de 1970, pelo avanço da fronteira agrícola e do garimpo. Mais recentemente, soma-se a esse cenário o projeto de construção de um complexo hidrelétrico na região pelo governo federal: a UHE São Luiz do Tapajós, que prevê a construção de sete usinas entre os rios Tapajós e Jamanxim (Fiocruz, 2022b).

A associação entre atividade garimpeira ilegal e violência também ocorre em Jacareacanga, segundo município em tamanho de área explorada pelo garimpo no Pará e onde se registrou a segunda maior taxa de homicídios do estado no período analisado (quadro 1). Localizado no sudoeste paraense, Jacareacanga abriga três TIs em seus limites: Kayabi, Munduruku e Sai Cinza.³⁹

O último relatório de violência no campo da CPT (2022) revela que, em 2021, foram dezesseis conflitos em Jacareacanga relacionados à terra, a maioria destes envolvendo a TI Munduruku, da bacia do Tapajós. O território Kayapó, localizado entre os municípios de Ourilândia do Norte, Cumaru do Norte e São Félix do Xingu e reconhecido desde 1991, é outro que sofre, há mais de quarenta anos, com o avanço das atividades de mineração, siderurgia e serraria. Apesar das inúmeras operações policiais realizadas na região, os conflitos que envolvem os garimpos ilegais permanecem em elevada tensão, produzindo violência letal e mortalidade por disseminação de doenças, intoxicação e insegurança alimentar (Fiocruz, 2018b).

O Pará é um estado com grande representação também de áreas quilombolas, muitas destas afetadas por garimpo, bem como por hidrelétricas e suas barragens. Esse é o caso da comunidade Cachoeira Porteira (município de Oriximiná), que luta pela titulação de seu território em meio às ameaças do garimpo ilegal e da implantação da UHE Cachoeira Porteira, no rio Trombetas. O projeto também se sobrepõe à TI Katxuyana-Tunayana, também palco de conflitos (Fiocruz, 2022c).

A violência no Pará também está associada à extração ilegal de madeira – especialmente o mogno – e a minérios na “Terra do Meio” – como é chamada a região que compreende os rios Xingu e Iriri no Pará, englobando boa parte dos

38. Denominação regional para aqueles que vivem à beira dos rios, também conhecidos como ribeirinhos.

39. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/#pesquisa>. Acesso em: 13 set. 2022.

municípios de Altamira, São Félix do Xingu e Tucumã (Escada, Aguiar e Monteiro, 2005). O desmatamento da área cresce de forma exponencial desde a década de 1990, caracterizando um cenário de “barbárie” nas relações sociais: “campeia aí o trabalho escravo, (...) a garimpagem irregular, o contrabando, a violência e o conflito” (Loureiro e Pinto, 2005, p. 97). Os chamados “reis do mogno” atuam principalmente dentro de TIs, na parte sul e sudeste do Pará. Uma das áreas mais atingidas é a TI Apyterewa, dos indígenas Parakanã (município São Félix do Xingu), frequentemente invadida por madeireiros, que fornecem bebidas alcoólicas, armas e outras mercadorias aos indígenas, além de promover chacinas que, na maior parte das vezes, não chegam a conhecimento público (Alencar e Moutinho, 2005). A violência também é cometida contra os povos indígenas da TI Trincheira-Bacajá, situados próximos ao município de Altamira (Fiocruz, 2019).

O processo de expansão da fronteira agropecuária em grande escala, por grandes empresas, é visível sobretudo nas áreas do entorno da BR-163,⁴⁰ região oeste do Pará (municípios de Itaituba, Novo Progresso e Trairão). Em paralelo à fronteira consolidada, ocorre a grilagem de terras e a exploração madeireira ilegal, em espaços onde a presença do governo é mais inexpressiva, como nos municípios de Castelo de Sonhos, Novo Progresso e Morais de Almeida (Alencar e Moutinho, 2005; Souza Junior *et al.*, 2005). Em todos esses casos, é possível observar o império de uma “pedagogia do terror”, em que assassinatos são cometidos para fins de “liberação da área” necessária ao estabelecimento de pastagens e posterior cultivo da soja. O avanço da soja atinge o povo indígena Tupinambá, do baixo Tapajós, nas proximidades do município de Santarém,⁴¹ e os povos quilombolas situados acima das cachoeiras dos rios Curuá, Trombetas e Erepecuru, que perdem suas terras, tradicionalmente usadas em atividades extrativas e culturas de subsistência, para grileiros que visam apenas à especulação fundiária (Fiocruz, 2018c).

O Pará é também um dos estados com maior incidência de trabalho análogo à escravidão – em muitos casos, consequência da captação de mão de obra nordestina por parte dos “gatos”⁴² para o corte ilegal de madeira, com vistas à formação de pastos e fazendas (Loureiro e Pinto, 2005).

5 FORÇAS POLICIAIS ATUANTES E SUAS COMPETÊNCIAS

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) do MJSP, relativos a 2020, tem-se que o Pará dispõe de 15.136 policiais militares na ativa; 3.061 policiais civis na ativa (delegados, escrivães e agentes); 534 peritos;

40. A BR-163 é uma rodovia longitudinal de 3.579 km de extensão; seu trecho principal liga as cidades de Tenente Portela-RS e Santarém-PA.

41. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/povo-tupinamba-do-baixo-tapajos-luta-por-seus-direitos/>.

42. Como se denominam as pessoas que recrutam trabalhadores desempregados, geralmente provenientes do Nordeste do Brasil, para a região (Loureiro e Pinto, 2005).

e 2.569 bombeiros militares.⁴³ Ao se avaliar os números dispostos na referida plataforma, relativos à distribuição desse efetivo entre capital, RM e interior, observa-se que o somatório de agentes de segurança dessas três regiões é algumas vezes menor do que o número informado de servidores na ativa. De toda sorte, esses dados do Sinesp indicam que ao menos metade dos efetivos policiais do estado está concentrada na capital e na RM, enquanto a outra metade serve no interior. Em razão das dimensões do Pará, assim como da população fora da capital, é provável que sejam muito insuficientes os efetivos de segurança pública no interior do estado.⁴⁴

No âmbito federal, conforme relatório de pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o número de policiais rodoviários federais em atividade no Pará é de quase quatrocentas pessoas, atuando em cinco unidades operacionais (FBSP, 2022, p. 74). Os policiais ouvidos na mencionada pesquisa destacam a insuficiência do efetivo para a região e a necessidade de formação especializada para os policiais, voltada para as dinâmicas específicas do Norte, matéria que não é abordada no curso de formação regular da corporação, de apenas três meses. Esse relato se coaduna com as percepções dos entrevistados dessa pesquisa. Nossos interlocutores mencionaram dificuldades de retenção de agentes federais no Pará, os quais são para lá designados em início de carreira e pedem remoção tão logo sejam autorizados a fazê-lo.

Por sua vez, a atuação das polícias estaduais foi bastante criticada por nossos interlocutores locais, que chegaram a afirmar que esses agentes são frequentemente cooptados pelos interesses econômicos, mostrando-se sempre prontos, por exemplo, a atender a demandas por reintegração de posse – judicial ou não judicial –, mas indisponíveis para acompanhar os órgãos de fiscalização fundiária e ambiental. Questiona-se a ausência de cooperação das polícias com esses órgãos, que ficam à mercê da boa vontade dos agentes de plantão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme já mencionado na introdução deste capítulo, o estado do Pará é bastante representativo da região amazônica e da região Norte brasileira, no que se refere aos processos e às dinâmicas sociais que atravessam seu território. Marcado pela chegada contínua de sucessivas levas de migrantes ao longo de mais de um século – em busca de terra, trabalho e riqueza, estimulados ou não por políticas governamentais –, o Pará é, ainda hoje, território de expansão da fronteira econômica nacional, local de “encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si” (Martins, 1996, p. 27), em que se produz, a um só tempo, riqueza e destruição, violência e resistência.

43. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMDc0ZWVjYtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjliwidCl6ImViMDkwNDIwLTQONGMtNDNmNy05MmVYyLTRI0GRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 31 ago. 2022.

44. De acordo com o IBGE, da população estimada no Pará, de 8.777.124 pessoas, em 2021, apenas 17,2% (ou 1.506.420 pessoas) residem na capital Belém.

Solo de pujante indústria mineradora e do agronegócio, dos quais extrai vultosos lucros e dividendos, o Pará é, entretanto, líder em desmatamento e conflitos por terra e recursos naturais, figurando ainda como o terceiro estado com a maior taxa de homicídios da região Norte.⁴⁵ Todas essas dinâmicas resultam de visão colonialista sobre a região (Loureiro, 2022), tomada como um “vazio” e dependente de agentes externos que a colonizassem e integrassem à economia nacional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. R. C. **Do luto à luta: memória e subjetividade ante às práticas de violência no campo no sul e sudeste do Pará**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2019.

ANGELO, M. Serra Pelada e Carajás: dois massacres que ajudam a contar a história da mineração no Brasil. **Observatório da Mineração**, 15 maio 2021. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/serra-pelada-e-carajas-dois-massacres-que-ajudam-a-contar-a-historia-da-mineracao-no-brasil/>.

CANO, I. Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas ‘milícias’ no Rio de Janeiro. In: JUSTIÇA GLOBAL. (Org.). **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. p. 43-83. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Andreia-Marinho-2/publication/267714130_seis_por_mela_duzia/links/54c96ef40cf2f0b56c239296/seis-por-mela-duzia.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.

CANTO, O. do. **Mineração na Amazônia: assimetria, território e conflito socioambiental**. Belém: Numa/UFPA, 2016. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/161>.

CARVALHO, C. Carajás, no Pará, vira nova fronteira da mineração ilegal de ouro, cobre e manganês. **O Globo**, 11 maio 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/05/carajas-no-para-vira-nova-fronteira-da-mineracao-ilegal-de-ouro-cobre-e-manganes.ghtml>.

COSTA SILVA, R. G. da; DANDOLINI, G. Conflitos agrários e acesso à terra em Rondônia. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 461-479, 2018.

COUTO, A. C. Gangues, pichações e facções: evolução e configuração geográfica dos territórios do tráfico de drogas na periferia de Belém. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 7, n. 2, p. 119-141, jul.-dez. 2020.

45. Ver apêndice C deste capítulo.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2021. Goiânia: CPT Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>. Acesso em: 31 ago. 2022.

DEUTSCHE WELLE. Pará completa 15 anos como líder em queimadas e desmatamento. **Poder 360**, 5 dez. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/para-completa-15-anos-como-lider-em-queimadas-e-desmatamento-dw/>.

DÓREA, Q. P. C. *et al.* Extinção da facção “Bonde dos Trinta” no estado do Pará: uma ação de combate ao crime organizado e um convite a reflexão. *In*: SOUZA, J. A. de. *et al.* (Org.). **Inovação em segurança pública**. Capivari de Baixo: Fucap, 2018. p. 96-117. Disponível em: https://www.fucap.edu.br/dashboard/livros_editora/25b0601f594cea1a5292b41514b8dfd7.pdf#page=96. Acesso em: 19 set. 2023.

ESCADA, M. I. S.; AGUIAR, A. P. D.; MONTEIRO, A. M. V. **O avanço do desmatamento na Amazônia no contexto das novas fronteiras**. São José dos Campos: Inpe; Geoma; DPI, 2005.

FARIAS, M. H. C. S. *et al.* Impacto dos assentamentos rurais no desmatamento da Amazônia. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, p. 1-20, 2018.

FARIAS, M. H. C. S. *et al.* Regularização fundiária na Amazônia: panorama dos projetos de assentamentos no estado do Pará. *In*: CARVALHO, A. C. (Org.). **Gestão ambiental nos trópicos úmidos**: impactos das ações humanas nos recursos naturais das fronteiras amazônicas. Guarujá: Editora Científica, 2021. p. 121-134.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2014 a 2017 – edição especial 2018. São Paulo: FBSP, 2018. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na região amazônica**: relatório final. São Paulo: FBSP, 2022.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. PA – Complexo hidrelétrico de Belo Monte ameaça povos indígenas, ribeirinhos e parte da população de Altamira. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2018a. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-complexo-hidretrico-de-belo-monte-ameaca-povos-indigenas-ribeirinhos-e-parte-da-populacao-de-altamira/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. PA – Território Kayapó sofre com expressivo processo de contaminação, desmatamento, destruição e garimpo ilegal. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2018b. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-territorio-kayapo-sofre-com-expressivo-processo-de-contaminacao-desmatamento-destruicao-e-garimpo-ilegal/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. PA – Quilombolas de Santarém lutam por território tradicional e direitos básicos. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2018c. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-quilombolas-de-santarem-lutam-por-territorio-tradicional-e-direitos-basicos/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. PA – Terra indígena Trincheira-Bacajá é violentada por hidrelétricas, desmatamento ilegal, avanço da pecuária, roubo de madeira, garimpo e grilagem. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2019. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-terra-indigena-trincheira-bacaja-e-violentada-por-hidreletricas-desmatamento-ilegal-avanco-da-pecuaria-roubo-de-madeira-garimpo-e-grilagem/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Povo indígena Xipaya luta pela sobrevivência de seu modo de vida contra as gigantes Belo Monte e Belo Sun. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2022a. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/povo-indigena-xipaya-luta-pela-sobrevivencia-de-seu-modo-de-vida-contras-gigantes-belo-monte-e-belo-sun/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Beiradeiros de Montanha-Mangabal lutam contra hidrelétrica e exigem serem consultados pelo governo federal sobre decisões que afetem diretamente seu território. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2022b. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-beiradeiros-de-montanha-mangabal-lutam-contrahidreletrica-e-exigem-serem-consultados-pelo-governo-federal-sobres-decisoes-que-afetem-diretamente-seu-territorio/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Comunidade quilombola Cachoeira Porteira luta por titulação territorial em meio a ameaças da mineração e tentativa de implantação de UHE. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2022c. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/comunidade-quilombola-cachoeira-porteira-luta-por-titulacao-territorial-em-meio-a-ameacas-da-mineracao-e-tentativa-de-implementacao-de-uhe/>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: indígenas – primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: quilombolas – primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf>.

LOBATO, M. M. A dinâmica na fronteira paraense e os territórios do capital: pecuária, extração madeireira e mineração. **Revista Formação**, v. 26, n. 47, p. 89-119, jan.-abr. 2019.

LOUREIRO, V. **Amazônia colônia do Brasil**. Manaus: Editora Valer, 2022.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 77-98, ago. 2005.

MAPBIOMAS. **A expansão da mineração e do garimpo no Brasil nos últimos 36 anos**: destaques do mapeamento anual de mineração e garimpo no Brasil entre 1985 a 2020. São Paulo: MapBiomass, 2021. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/12/Fact_Sheet_Mineracao.pdf. Acesso em: 5 out. 2022.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

PEREIRA, A. dos R. **Do posseiro ao sem-terra**: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Ed. UFPE, 2015.

REIS, R. R. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. **Lua Nova**, v. 86, p. 89-122, 2012.

RIBEIRO, A.; CORRÊA, H. O legado de violência deixado pela usina de Belo Monte. **Época**, 5 mar. 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2018/03/o-legado-de-violencia-deixado-pela-usina-de-belo-monte.html>.

RICCI, M. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.

ROCHA, G. M.; GONÇALVES, S. F. E. S. Considerações sobre a federalização e a gestão compartilhada do território na Amazônia brasileira. **Confins**, n. 30, 13 fev. 2017.

RODRIGUES, D. S. **Revolução Cabana e construção da identidade amazônica**. Belém: Eduepa, 2019.

SALLES, J. M. **Arrabalde**: em busca da Amazônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SOARES, F. M. **O governo Médici e o Programa de Integração Nacional (Norte e Nordeste)**: discursos e políticas governamentais (1969-1974). 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SOARES, W. A complexidade da expansão de facções no Pará. **Rede de Observatórios da Segurança**, 6 abr. 2023. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/a-complexidade-da-expansao-de-faccoes-no-para/#:~:text=O%20Primeiro%20Comando%20da%20Capital,%C3%A9%20tida%20como%20muito%20forte>.

SOUZA JUNIOR, C. *et al.* Análise do desmatamento da amazônia: incertezas, áreas críticas, vetores e tendências – Imazon. *In: SEMINÁRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE ANÁLISE DOS DADOS DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL*, 3., 2005, São José dos Campos, São Paulo. **Anais...** São José dos Campos: Inpe, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, J.; FLEURY, L. C. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, n. 4, p. 141-156, 2013.

ANJOS, A. B.; FONSECA, B. Acusados de garimpo ilegal em terra Munduruku pedem ao governo mineração no entorno da TI. **Pública**, 16 jun. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/06/acusados-de-garimpo-ilegal-em-terra-munduruku-pedem-ao-governo-mineracao-no-entorno-da-ti/#batem-recorde-em-2020>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CAMPELO, L. Massacre de Pau d'Arco com dez camponeses mortos pela polícia completa 1 ano. **Brasil de Fato**, 24 maio 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/24/massacre-de-pau-darco-com-dez-camponeses-mortos-pela-policia-completa-1-ano>. Acesso em: 31 ago. 2022.

CERQUEIRA, D. *et al.* (Coord.). **Atlas da Violência**: políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: Ipea; FBSP, 2018.

COELHO, T. P. **Programa Grande Carajás**: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Rio de Janeiro: Ibase; Ford Foundation, 2014.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. 11. ed. São Paulo: FBSP, 2017. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/01/ANUARIO_11_2017.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. 12. ed. São Paulo: FBSP, 2018. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguranc%CC%A7a-Pu%CC%81blica-2018.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. PA – Pequenos produtores rurais da região de Santarém são expulsos pelo avanço da soja, além de sofrer com os danos à saúde causados pelos agrotóxicos usados pela monocultura. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2009. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-pequenos-produtores-rurais-da-regiao-de-santarem-sao-expulsos-pelo-avanco-da-soja-alem-de-sofrer-com-os-danos-a-saude-causados-pelos-agrotoxicos-usados-pela-monocultura/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. PA – Atingidos por barragens, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais de Tucuruí lutam por seus direitos. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-atingidos-por-barragens-indigenas-quilombolas-e-comunidades-tradicionais-de-tucurui-lutam-por-seus-direitos/#fontes>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Comunidades tradicionais lutam contra a contaminação por curtumes na periferia de Belém. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-comunidades-tradicionais-lutam-contra-contaminacao-por-cortumes-na-periferia-de-belem/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Em Anapu, a violência contra os camponeses continua, enquanto jagunços e mandantes de assassinato permanecem gozando da impunidade. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-em-anapu-a-violencia-contra-os-camponeses-continua-enquanto-jaguncos-e-mandantes-de-assassinato-permanecem-gozando-da-impunidade/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Comunidade quilombola Cachoeira Porteira luta por titulação territorial em meio a ameaças da mineração e tentativa de implementação de UHE. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/comunidade-quilombola-cachoeira-porteira-luta-por-titulacao-territorial-em-meio-a-ameacas-da-mineracao-e-tentativa-de-implementacao-de-uhe/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. PA – Perversidades sociais e ambientais no caminho da Estrada de Ferro Carajás. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2019. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-perversidades-sociais-e-ambientais-no-caminho-da-estrada-de-ferro-carajas/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Povo Tupinambá do Baixo Tapajós luta por seus direitos. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2019. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/povo-tupinamba-do-baixo-tapajos-luta-por-seus-direitos/>.

GONÇALVES, V. K.; CAFRUNE, M. E. Brazilian anti-indigenous politics: tracking changes on indigenous rights regulation during Bolsonaro's government. **Revista Direito e Práxis**, v. 14, n. 1, p. 436-457, jan.-mar. 2023.

IMAZON – INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA. **Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex)**: mapeamento da exploração madeireira na Amazônia – agosto 2019 a julho 2020. Belém: Imazon, 2021. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/sistema-de-monitoramento-da-exploracao-madeireira-simex-mapeamento-da-exploracao-madeireira-na-amazonia-agosto-2019-a-julho-2020/>.

IMAZON – INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA. **Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex)**: mapeamento da exploração madeireira no Amazonas – agosto 2020 a julho 2021. Belém: Imazon, 2022. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/sistema-de-monitoramento-da-exploracao-madeireira-simex-mapeamento-da-exploracao-madeireira-no-amazonas-agosto-2020-a-julho-2021/>.

LIMA, R. S. de. (Coord.). **Governança e capacidades institucionais da segurança pública na Amazônia**. São Paulo: FBSP, 2022.

MASSACRE em Eldorado dos Carajás. **Memória Globo**, 28 out. 2021. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/massacre-em-eldorado-dos-carajas/noticia/massacre-em-eldorado-dos-carajas.ghtml>. Acesso em: 3 out. 2022.

MPF ACOMPANHA investigações dos assassinatos de ambientalistas em São Félix do Xingu. **O Globo**, 14 jan. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/direitos-humanos/mpf-acompanha-investigacoes-dos-assassinatos-de-ambientalistas-em-sao-felix-do-xingu-25354438>. Acesso em: 2 out. 2022.

OLIVEIRA, L. M. de. Mineração e assentamento da reforma agrária: conflitos, território e (des)envolvimento no município de Conceição do Araguaia-Pará. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 2017, Curitiba, Paraná. **Anais...** Curitiba: Encontro, 2017.

RAMOS, E. M. L. S. Mortes de agentes de segurança pública no estado do Pará. **Fonte Segura**, n. 139, 2022. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/mortes-de-agentes-da-seguranca-publica-no-estado-do-para/>. Acesso em: 10 maio 2023.

SANTOS, V. M. dos. A economia do sudeste paraense: evidências das transformações estruturais. *In*: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N. de; BRANDÃO, C. A. (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. p. 127-155.

STF derruba tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas. **STF**, 21 set. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514552&ori=1>.

ZUMPANO, A. Massacres no Campo voltam a crescer durante atual crise da democracia no Brasil. **CPT**, 14 dez. 2021. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/massacres/5895-massacres-no-campo-voltam-a-crescer-durante-atual-crise-da-democracia-no-brasil>. Acesso em: 2 out. 2022.

SITES

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Regionais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>.

APÊNDICE A

DADOS GERAIS

TABELA A.1

Dados sociodemográficos e socioeconômicos – Pará

Estados limítrofes		Amapá, Roraima, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins		
Fronteiras		Guiana e Suriname		
Número de municípios		144		
Área territorial		1.245.870,70		
Dados sociodemográficos		Pará	Região Norte	Brasil
População	População estimada (2021)	8.777.124	18.906.962	213.317.639
	Densidade demográfica (hab./km ²)	6,07	4,12	22,43
	População 0-14 anos (%) – 2010	31,0	31,2	24,1
	População 15-29 anos (%) – 2010	29,6	29,5	26,9
	População 30-59 anos (%) – 2010	32,2	32,5	38,2
	População 60+ anos (%) – 2010	7,0	6,8	10,8
	População negra (%) – 2010	7,2	6,4	7,6
	População parda (%) – 2010	69,5	66,9	43,1
	População indígena (%) – 2010	0,52	1,9	0,4
	População branca (%) – 2010	21,8	23,4	47,7
Renda e desigualdade	População urbana (%) – 2010	68,4	73,5	84,4
	População rural (%) – 2010	31,5	26,5	15,6
	Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (R\$) – 2022	1.061,00	1.175,29	1.613,23
	Índice de Gini do rendimento domiciliar <i>per capita</i> , a preços médios do ano (2022)	0,53	0,53	0,54
	Pobres (%) – 2003	43,1	40,1	37,6
Trabalho (%)	Extremamente pobres (%) – 2003	13,6	12,5	8,4
	População vivendo em aglomerados subnormais (%) – 2010	19,6	14,4	72,6
	Taxa de desocupação (14+) – 2021	10,5	13,7	13,8
Educação (%)	Taxa de formalização da força de trabalho (2022)	37,7	41,4	59,9
	Rendimento médio real de todos os trabalhos (R\$) – 2022	2.022,00	2.195,00	2.839,00
	Taxa de analfabetismo (15+) – 2019	7,8	7,0	6,1
Educação (%)	Média de anos de estudo (15+) – 2019	9,0	9,3	9,8
	População (14+) com cinco anos ou menos de estudo (%) – 2019	0,45	11,49	10,35

Fontes: Para proporção por idade, Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>; acesso em: mar. 2023); para incidência da pobreza, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Cidades 2003; para indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2021, acumulado de quintas visitas (tabela 1.2 – Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – Brasil, 2021; tabela 2.16 – Total e proporção de pessoas, por classes de rendimento domiciliar *per capita* selecionadas, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – Brasil, 2021) e IBGE (2020); para síntese de indicadores sociais, IBGE Cidades 2021 (disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/95341>; acesso em: mar. 2023); para rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido por trimestres (4º trimestre de 2022), Sidra 2022 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#resultado>; acesso em: mar. 2023); para taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e grupo de idade, Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7113#resultado>; acesso em: mar. 2023); para número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e grupo de idade, Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7126#resultado>; acesso em: mar. 2023); para pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e grupos de anos de estudo, Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7132#resultado>; acesso em: mar. 2023).

Elaboração: *Pool* de Análise de Dados da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

REFERÊNCIA

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à covid-19. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. (Nota Técnica, n. 1/2020). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: mar. 2023.

APÊNDICE B

TABELA B.1

Homicídios por 100 mil habitantes dos 144 municípios do Pará

Municípios	Taxa média por triênio ¹									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Almeirim	8,7	13,6	18,4	23,3	25,3	21,4	20,5	21,5	27,3	28,3
Porto de Moz	5,8	8,4	6,4	8,1	6,2	8,7	13,6	15,9	19,0	14,6
Anapu	26,9	30,5	25,0	38,4	48,2	74,8	84,3	104,7	105,5	107,6
Senador José Porfírio	10,0	10,1	7,7	5,2	8,0	8,1	16,4	38,8	92,9	105,8
Altamira	61,1	70,2	78,1	85,8	95,8	96,3	109,0	101,1	106,0	81,2
Vitória do Xingu	9,7	7,2	14,2	18,7	30,1	45,8	65,8	78,6	80,1	66,1
Brasil Novo	33,2	31,4	42,1	42,4	55,5	60,2	69,3	63,2	61,4	61,9
Pacajá	59,4	56,7	47,8	51,6	56,8	64,7	68,1	69,9	60,3	53,8
Uruará	35,6	40,0	45,9	54,7	54,0	51,1	57,8	57,1	60,8	48,4
Medicilândia	17,9	24,6	30,1	38,8	52,9	56,6	66,8	47,6	58,7	43,3
Salvaterra	11,3	9,5	9,4	12,3	13,6	14,9	17,6	20,2	19,9	19,7
Soure	8,5	9,8	12,5	11,0	8,2	9,5	12,1	14,7	13,2	18,4
Santa Cruz do Arari	0,0	0,0	0,0	0,0	10,9	17,8	17,4	10,3	6,7	13,2
Ponta de Pedras	1,3	6,1	7,2	11,8	9,3	9,1	5,6	6,6	9,8	8,6
Cachoeira do Arari	4,8	6,3	7,7	6,1	9,0	8,9	10,2	8,6	7,1	7,0
Muaná	5,7	6,5	5,5	5,4	6,2	7,0	5,2	5,1	5,0	5,0
Chaves	1,6	1,5	1,5	3,0	4,4	5,9	8,7	8,6	5,7	1,4
Marituba	96,2	97,4	87,6	81,1	79,5	79,9	87,5	92,6	79,9	58,6
Santa Bárbara do Pará	20,9	24,1	20,0	19,5	29,6	57,9	73,5	78,7	64,4	58,5
Benevides	54,8	52,4	47,7	35,5	45,3	65,5	91,7	105,6	84,8	57,9
Ananindeua	78,9	81,3	72,5	67,8	67,6	70,7	79,5	87,4	74,2	54,1
Barcarena	42,4	47,0	46,5	50,0	48,0	45,5	47,7	48,4	51,2	48,7
Belém	53,2	54,8	53,2	56,2	58,1	63,8	69,0	73,2	62,1	47,4
Capanema	15,4	22,9	27,8	36,6	33,4	36,1	39,3	47,4	48,1	46,4
Santa Maria do Pará	39,6	54,8	46,1	38,9	40,0	38,4	39,5	40,7	43,1	37,5
Primavera	25,4	22,1	12,6	9,4	12,5	12,5	18,7	18,6	30,9	37,0
Bragança	17,0	26,1	28,4	30,6	28,3	27,2	31,5	36,8	38,5	35,0
Quatipuru	7,9	5,2	7,7	5,1	2,5	10,1	17,5	24,9	22,2	34,3
São Francisco do Pará	19,5	12,9	19,3	15,0	14,9	12,8	10,6	8,5	16,8	33,6
Peixe-Boi	12,4	12,4	8,3	12,4	16,6	12,4	16,5	24,8	33,0	33,0
Igarapé-Açu	13,6	17,1	24,2	29,4	34,5	29,0	25,3	31,3	29,4	30,1
Santarém Novo	0,0	10,5	20,9	20,7	10,3	10,2	15,2	25,2	15,0	24,8
Bonito	2,4	9,4	13,8	22,6	22,2	34,9	32,2	31,7	27,0	24,6
Tracuateua	8,3	16,4	19,7	21,8	23,8	23,5	24,4	18,7	18,5	22,6
Nova Timboteua	2,4	7,1	14,0	13,8	16,0	11,3	15,6	13,3	15,3	21,7

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Taxa média por triênio ¹									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Augusto Corrêa	4,8	11,1	10,2	12,4	7,7	9,8	13,5	17,8	16,1	12,3
Mocajuba	14,6	12,0	2,4	7,0	16,0	26,0	35,6	39,6	33,6	39,6
Abaetetuba	30,5	34,0	37,7	45,6	49,2	50,6	52,3	54,0	52,3	39,3
Igarapé-Miri	33,6	37,3	49,3	60,5	65,1	62,5	61,6	64,5	50,3	37,8
Baião	17,7	19,7	10,0	13,0	13,4	16,9	15,8	18,4	21,5	21,8
Cametá	10,2	11,2	11,0	13,0	11,3	15,7	15,2	16,8	16,1	16,4
Oeiras do Pará	6,8	4,5	5,6	6,6	6,5	5,4	7,4	8,4	12,4	11,3
Limoeiro do Ajuru	3,9	5,1	2,5	6,2	4,9	7,3	6,0	9,5	7,0	3,5
Bujaru	21,5	22,5	34,6	34,2	35,0	41,8	56,7	70,1	77,5	72,1
Castanhal	65,8	65,2	62,5	54,1	56,9	65,0	72,8	79,0	73,3	60,4
Santa Izabel do Pará	32,3	38,7	37,4	39,9	49,9	64,6	69,5	71,4	62,6	53,7
Inhangapi	19,5	19,1	12,6	21,7	24,4	33,0	47,4	64,3	60,6	45,5
Santo Antônio do Tauá	30,5	31,2	37,7	41,7	54,7	49,4	58,6	43,6	44,0	27,5
Floresta do Araguaia	40,3	50,6	41,0	31,7	27,8	30,9	39,1	65,5	83,0	118,2
Santana do Araguaia	39,4	33,7	32,7	31,3	32,0	26,7	26,0	26,4	29,5	29,8
Santa Maria das Barreiras	17,0	18,4	21,6	21,1	20,6	20,2	28,0	33,9	31,7	28,0
Conceição do Araguaia	34,3	33,5	28,4	26,9	23,3	24,6	23,2	22,4	21,0	18,1
Breves	12,3	10,1	11,0	13,0	13,5	16,4	22,9	28,4	30,4	26,6
Anajás	6,6	7,8	11,4	8,7	8,6	9,7	11,9	15,2	20,8	19,4
Afuá	21,4	14,7	11,8	6,3	6,2	9,7	16,6	21,6	20,6	17,0
São Sebastião da Boa Vista	2,8	7,0	5,5	12,2	9,4	14,5	9,1	10,3	8,9	11,3
Curralinho	5,7	4,5	1,1	5,4	8,4	10,3	6,1	3,0	3,0	5,8
Nova Esperança do Piriá	24,2	24,1	30,4	35,1	38,1	49,1	64,7	86,4	89,2	76,4
Mãe do Rio	33,8	40,6	35,7	42,4	30,8	35,1	37,2	53,8	54,6	69,8
Capitão Poço	52,1	40,7	35,0	31,8	35,4	42,8	46,4	52,4	53,5	56,5
Ourém	18,0	25,7	23,6	35,1	29,0	34,6	30,5	45,5	41,4	46,7
Garrafão do Norte	27,3	20,8	20,7	22,0	28,4	38,6	46,3	52,6	51,2	40,9
São Miguel do Guamá	29,7	26,2	18,4	20,6	28,8	34,9	42,1	42,8	44,6	40,7
São Domingos do Capim	28,4	26,0	30,2	29,0	27,8	25,5	25,4	35,8	34,6	39,6
Santa Luzia do Pará	13,4	15,1	21,8	23,5	33,6	33,6	38,6	36,9	42,0	37,0
Aurora do Pará	17,2	19,3	22,5	26,8	29,8	31,6	26,7	26,3	20,5	29,8
Ipixuna do Pará	25,8	24,3	27,3	25,2	26,8	26,0	30,4	28,5	27,8	27,6
Cachoeira do Piriá	8,6	15,5	18,6	22,6	20,9	21,5	25,2	26,7	32,2	25,6
Irituia	20,8	20,7	19,7	14,5	16,5	19,6	25,7	24,7	26,7	18,4
Viséu	6,3	10,8	13,0	10,1	11,2	11,1	13,3	11,0	10,4	10,3
Jacareacanga	9,2	19,5	23,1	32,6	34,5	36,8	45,7	59,2	78,7	113,3
Novo Progresso	88,1	84,2	93,3	106,2	121,7	103,6	90,6	86,7	88,0	94,5
Itaituba	34,1	30,3	29,0	41,2	51,4	62,9	64,5	64,4	66,9	61,2
Trairão	5,8	5,7	7,5	18,7	22,1	32,9	25,3	26,9	24,8	28,1

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Taxa média por triênio ¹									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Rurópolis	4,1	7,9	10,0	12,0	10,3	14,3	12,6	15,1	14,1	14,5
Aveiro	10,3	16,4	18,4	18,4	16,4	12,3	14,3	8,2	6,1	8,1
Marabá	104,5	95,5	86,6	76,0	72,2	73,2	80,7	80,5	71,6	55,4
São Domingos do Araguaia	67,6	60,0	37,3	31,5	24,4	32,3	46,7	58,3	47,3	36,5
São João do Araguaia	39,6	49,3	44,1	41,5	34,0	38,7	62,7	62,4	62,2	35,7
Brejo Grande do Araguaia	53,4	44,6	31,3	31,3	44,8	89,8	94,4	94,5	49,6	31,6
Palestina do Pará	4,4	21,8	26,2	52,4	43,7	56,9	43,8	39,5	21,9	30,8
Oriximiná	4,2	3,6	8,0	11,4	12,7	15,4	18,5	20,1	19,4	18,2
Óbidos	5,9	9,9	17,7	24,8	22,8	14,9	11,6	12,9	14,8	14,7
Faro	0,0	8,1	8,2	8,4	0,0	0,0	0,0	4,5	13,7	13,9
Terra Santa	5,8	3,8	3,8	3,7	5,6	3,7	1,8	3,6	9,0	10,7
Juruti	3,5	2,7	0,7	1,3	4,4	8,1	9,1	9,6	8,8	8,1
Paragominas	73,2	79,0	69,8	65,3	60,3	58,2	63,3	64,3	57,6	55,7
Abel Figueiredo	76,8	38,1	42,5	32,8	37,2	32,3	45,8	54,6	54,2	49,3
Rondon do Pará	72,8	68,6	61,1	62,5	65,3	62,0	57,5	48,6	46,2	43,9
Bom Jesus do Tocantins	48,9	21,1	33,4	41,4	45,1	44,7	42,3	47,9	43,5	39,3
Goianésia do Pará	75,0	60,3	69,4	69,1	68,7	55,3	44,9	41,6	46,0	38,7
Dom Eliseu	39,3	41,8	41,2	38,2	33,4	33,5	33,7	38,4	33,9	31,8
Ulianópolis	27,8	28,9	22,3	24,2	22,8	33,4	32,4	36,3	30,1	25,3
Curionópolis	48,1	53,7	53,9	70,5	63,5	63,9	71,5	86,6	85,1	70,7
Canaã dos Carajás	40,2	46,8	61,9	60,7	71,2	84,0	103,0	93,3	75,8	63,8
Parauapebas	57,3	57,9	62,7	69,8	68,0	66,4	60,9	62,0	62,1	58,6
Eldorado do Carajás	66,6	51,0	57,9	59,6	66,4	61,1	60,9	59,6	63,4	56,2
Água Azul do Norte	19,5	12,9	9,0	11,4	12,6	12,5	12,4	16,0	14,7	17,0
Portel	16,2	21,4	19,8	27,8	25,6	28,0	26,4	30,5	32,2	31,2
Bagre	4,1	4,0	3,9	5,0	7,3	9,5	10,5	10,2	7,8	10,9
Gurupá	3,4	4,4	2,2	6,5	8,5	9,4	10,4	12,3	12,1	9,0
Melgaço	1,3	2,6	2,6	2,6	3,8	3,8	5,0	4,9	6,1	7,2
Redenção	51,3	52,4	47,2	50,9	46,2	45,3	55,0	69,7	74,2	68,4
Rio Maria	23,9	20,2	16,5	12,9	7,3	7,3	25,7	45,8	56,8	45,8
Sapucaia	6,5	6,3	6,2	6,1	12,1	23,8	17,6	17,3	34,2	45,0
São Geraldo do Araguaia	66,2	46,1	45,1	35,0	37,8	24,9	33,0	41,1	42,7	40,3
Piçarra	38,5	30,8	41,0	41,0	48,8	56,5	51,3	51,3	43,7	36,0
Xinguara	49,7	46,1	43,3	38,3	36,4	33,8	38,1	32,5	24,8	24,6
Pau D'Arco	27,0	10,9	16,6	11,2	11,4	23,1	46,7	59,2	42,0	24,3
Vigia	24,5	28,2	39,9	48,7	50,2	57,4	51,7	58,8	49,5	52,8
Terra Alta	22,2	28,2	30,9	42,7	42,2	44,6	50,0	64,0	63,3	51,2
Salinópolis	33,1	43,2	45,5	41,7	38,1	33,6	33,4	37,3	38,8	45,1
Curuçá	11,4	14,0	15,6	19,9	23,2	23,7	32,1	35,0	43,8	43,3

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Taxa média por triênio ¹									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Marapanim	8,6	12,2	10,9	24,1	33,6	39,5	36,9	36,8	44,9	38,8
Colares	14,3	5,7	5,7	8,5	11,3	22,4	25,1	38,9	36,0	38,6
São João de Pirabas	22,1	31,2	24,7	27,5	25,7	34,5	35,7	35,3	35,0	36,2
São Caetano de Odivelas	19,3	17,3	9,5	7,6	13,2	26,3	46,8	50,3	46,4	27,7
São João da Ponta	24,7	24,3	18,0	5,9	0,0	22,9	28,3	27,9	22,0	21,7
Magalhães Barata	12,0	12,0	12,0	7,9	11,9	7,9	11,8	19,6	19,6	19,5
Maracanã	6,9	6,9	9,2	17,1	18,2	20,5	18,2	19,3	19,3	14,7
Placas	2,7	6,6	7,7	15,0	15,8	18,9	17,3	27,0	29,7	25,8
Belterra	2,0	0,0	0,0	2,0	1,9	1,9	3,8	7,6	18,9	20,7
Santarém	6,8	9,0	12,5	13,7	17,9	22,6	26,7	27,5	24,8	20,5
Mojú dos Campos	0,0	0,0	0,0	6,5	21,4	25,5	23,2	14,7	16,7	18,7
Monte Alegre	6,5	7,0	7,6	5,8	4,7	5,2	10,4	12,1	15,0	12,1
Prainha	6,7	6,7	4,4	6,7	10,0	15,6	14,5	17,8	12,3	8,9
Alenquer	5,6	8,6	9,8	9,7	6,6	6,6	7,2	5,3	5,9	5,3
Curuá	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	9,8	12,1	11,9	4,7	2,3
Ourilândia do Norte	72,6	68,8	60,6	55,0	44,1	34,7	34,1	54,5	57,8	69,0
Bannach	28,5	28,7	28,9	29,1	68,5	59,1	49,6	10,0	30,2	50,7
Cumaru do Norte	15,6	15,1	14,7	28,6	27,8	38,0	29,1	33,6	35,4	44,5
Tucumã	73,4	61,7	32,7	25,7	28,0	29,4	38,6	39,8	43,5	39,6
São Félix do Xingu	28,2	28,7	27,5	26,8	29,2	33,2	30,7	31,1	28,1	29,8
Tomé-Açu	43,8	50,7	47,9	50,7	54,1	52,4	64,9	58,4	71,6	69,9
Acará	14,0	19,4	28,5	30,2	34,4	45,2	56,0	58,9	51,6	49,8
Moju	47,4	48,9	60,3	66,8	76,3	69,1	69,0	64,7	60,1	46,3
Concórdia do Pará	27,7	35,1	45,7	38,3	38,8	29,7	31,4	38,1	43,6	45,0
Tailândia	82,9	74,0	68,5	66,4	59,7	57,9	59,0	58,5	49,5	43,6
Tucuruí	59,7	49,4	42,8	37,7	39,0	45,2	56,8	62,1	53,8	41,9
Itupiranga	53,4	36,2	45,6	50,6	60,0	52,3	45,9	38,9	36,4	38,8
Jacundá	56,4	41,2	35,7	32,8	36,0	34,9	32,7	30,0	37,1	38,3
Novo Repartimento	42,0	48,2	45,7	47,2	46,2	54,3	56,5	53,2	43,3	37,8
Breu Branco	47,1	43,5	40,0	39,6	38,2	34,0	34,9	35,8	42,2	37,4
Nova Ipixuna	48,9	43,9	41,2	44,9	52,8	68,9	59,9	49,0	38,4	26,0

Fontes: Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://sim.saude.gov.br/default.asp>.

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

Nota: ¹ No Pará, em 2014, Moju dos Campos foi desmembrado de Santarém. Esses municípios estão presentes na tabela desde 2008; porém, apresentam número de homicídios igual a 0 para os anos em que ainda não existiam como municípios.

Obs.: 1. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

2. Números de homicídios extraídos do Tabnet/Datasus/MS.

3. População obtida de "População residente: estimativas para o TCU" (Tabnet/Datasus/MS).

APÊNDICE C

TABELA C.1

Homicídios por 100 mil habitantes – Brasil, região Norte e UFs

Brasil, região e UFs	Taxa média por triênio									
	2009- 2011	2010- 2012	2011- 2013	2012- 2014	2013- 2015	2014- 2016	2015- 2017	2016- 2018	2017- 2019	2018- 2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27,0	24,3
Região Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46,0	43,5	38,4
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53,0	52,6	49,3
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45,0	49,4	47,4	46,3
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7
Acre	22,2	24,0	26,5	29,0	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3
Amazonas	31,5	35,0	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9
Tocantins	23,9	25,4	25,4	25,3	27,4	32,1	35,6	36,7	33,9	32,0
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9

Fontes: Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://sim.saude.gov.br/default.asp>.

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

- Obs.: 1. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes calculada pela média do número de homicídios do respectivo ano mais a dos dois anos anteriores, divididas pela população do ano anterior para o respectivo ano e multiplicadas por 100 mil.
 2. Número de homicídios obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS.
 3. População obtida de "População residente: estimativas para o TCU" (Tabnet/Datasus/MS).
 4. UFs – Unidades Federativas.

APÊNDICE D

CONFRONTOS POLICIAIS

TABELA D.1

Policiais mortos em confronto em serviço e fora de serviço: taxa por 100 mil policiais na ativa – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	0,4	0,4
Acre	0,4	-
Amapá	-	-
Amazonas	0,7	0,6
Pará	0,7	0,7
Rondônia	0,7	0,3
Roraima	0,4	-
Tocantins	-	-

Fonte: FBSP (2022).

Obs.: UFs – Unidades Federativas.

TABELA D.2

Mortes decorrentes de intervenções policiais: taxa por 100 mil habitantes – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	3,0	2,9
Acre	3,0	1,2
Amapá	12,9	17,1
Amazonas	2,4	2,3
Pará	6,1	6,2
Rondônia	1,1	0,6
Roraima	2,5	1,4
Tocantins	1,7	2,6

Fonte: FBSP (2022).

REFERÊNCIA

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. 16. ed. São Paulo: FBSP, 2022.

APÊNDICE E

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E DE GÊNERO

TABELA E.1

Femicídios: taxa por 100 mil mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	1,3	1,2
Acre	2,7	2,9
Amapá	2,1	0,9
Amazonas	0,8	1,1
Pará	1,5	1,5
Rondônia	1,6	1,8
Roraima	3,0	1,6
Tocantins	1,3	2,6

Fonte: FBSP (2022).

Obs.: UFs – Unidades Federativas.

TABELA E.2

Homicídios femininos: taxa por 100 mil mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	3,7	3,6
Acre	6,9	6,4
Amapá	4,6	5,2
Amazonas	3,2	5,2
Pará	4,2	4,2
Rondônia	6,3	5,5
Roraima	5,3	8,3
Tocantins	4,9	4,8

Fonte: FBSP (2022).

TABELA E.3

Estupro e estupro de vulnerável: taxa por 100 mil habitantes – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	29,7	30,9
Acre	34,4	64,7
Amapá	54,5	60,5
Amazonas	20,5	17,6
Pará	37,9	44,5
Rondônia	51,9	50,8
Roraima	66,9	83,3
Tocantins	51,8	51,8

Fonte: FBSP (2022).

Obs.: Os dados informados correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados. A Lei Federal nº 12.015/2009 altera a conceituação de *estupro*, passando a incluir, além da conjunção carnal, os *atos libidinosos* e os *atentados violentos ao pudor* (FBSP, 2022).

TABELA E.4

Lesão corporal dolosa: violência doméstica, taxa por 100 mil mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	220,1	221,4
Acre	119,4	231,7
Amapá	203,1	283,0
Amazonas	112,2	123,0
Pará	151,6	198,6
Rondônia	485,1	445,6
Roraima	232,7	456,6
Tocantins	191,1	190,3

Fonte: FBSP (2022).

REFERÊNCIA

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. 16. ed. São Paulo: FBSP, 2022.

APÊNDICE F

TABELA F.1

Perfil das instituições de segurança pública: efetivo – Pará (2020)

Instituição	Capital e RM	Interior	Total
Polícia Militar	7.310	7.826	15.136
Polícia Civil	1.781	1.280	3.061
Corpo de Bombeiros Militares	1.376	1.200	2.569
Órgãos oficiais de perícia	272	271	534

Fonte: Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMdc0ZWFjYTgtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImVlMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRI0GRhNmJmZThlMSJ9>.

Obs.: RM – região metropolitana.

TABELA F.2

Perfil das instituições de segurança pública: estrutura – Pará (2020)

Instituição	Unidades operacionais		
	Capital e RM	Interior	Total
Polícia Militar	28	55	83
Polícia Civil	113	228	341
Corpo de Bombeiros Militares	13	24	37
Órgãos oficiais de perícia	2	20	22

Fonte: Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMdc0ZWFjYTgtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImVlMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRI0GRhNmJmZThlMSJ9>.

- Obs.: 1. As 83 unidades operacionais da PM no Pará estão distribuídas em 36 batalhões, 9 batalhões especializados (todos na capital), 31 companhias independentes e 7 companhias independentes especializadas.
 2. As 341 unidades operacionais da Polícia Civil no Pará estão distribuídas em 277 delegacias e 64 delegacias especializadas.
 3. As 37 unidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Pará estão distribuídas em trinta batalhões, três batalhões especializados – todos na capital – e quatro companhias independentes especializadas.
 4. As 22 unidades operacionais dos órgãos oficiais de perícia no Pará estão distribuídas em onze criminalísticas e onze de medicina legal.

TABELA F.3

Efetivo da ativa das polícias, por corporação – Pará (2021 e 2022)

Corporações	Números absolutos 2021	Números absolutos 2022 ¹
Polícia Militar	15.337	17.767
Polícia Civil	2.690	2.608
Corpo de Bombeiros	2.662	2.484
Perícia técnica	626	611
Polícia penal	2.912	2.898

Fonte: FBSP (2022).

Nota: ¹ Posição dos dados em março de 2022.

TABELA F.4

Efetivo mobilizado em operações da Força Nacional – Pará (2019-2021)

	2019	2020	2021
Corpo de Bombeiros	19	29	30
Polícia Civil	-	7	9
Polícia Militar	98	153	86

Fonte: FBSP (2022).

REFERÊNCIA

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. 16. ed. São Paulo: FBSP, 2022.

